

Múcio pede que DPF apure

Deputado também acusa Aparecido de ser conivente

DF-eleição

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sexta-feira, 10 de janeiro de 1986 17

existência de "caixa"

com manipulação de verbas por entidade

A manipulação de verbas tendo em vista as próximas eleições, por parte da União das Forças Políticas, entidade alheia aos partidos, constitui crime, segundo a legislação eleitoral vigente. Esse crime conta com a conivência do governador José Aparecido, que sabia da "caixinha" organizada pela União das Forças Políticas, e não tomou nenhuma providência para colir esse abuso do poder econômico.

Isso é o que afirma o deputado Múcio Athayde (PMDB-RO), que ontem anunciou o envio, nos próximos dias, de um ofício ao presidente José Sarney, ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, e ao presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), denunciando o fato e solicitando a abertura de um inquérito, por parte do Departamento de Polícia Federal (DPF), para apurar as responsabilidades.

Segundo a legislação eleitoral, afirmou Múcio Athayde, as despesas com campanhas eleitorais só podem ser realizadas através dos partidos, e devem ser rigorosamente contabilizadas. O deputado cita a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, a qual, nos artigos 237 e 299, trata da interferência do poder econômico nas eleições e da compra de votos.

Para ele, a União das Forças Políticas é apenas a ponta de um iceberg, um poderoso lobby montado em todo o País para influir nos rumos da Constituinte, e que já foi detectado em Brasília. Algo como o Ibade, diz Múcio, formado em 1962, com verbas do exterior, para desestabilizar a ordem democrática. Múcio também levantou a sus-

peita de que, por trás desse lobby, estejam os interesses dos grupos econômicos internacionais. "Só a quebra do monopólio estatal do petróleo vale alguns milhões de dólares" — argumentou.

CAMPANHA

Múcio declarou-se candidato a um cargo majoritário — governador do DF, ou senador — pelo PMDB, "se o partido e o povo assim o desejarem". Ele já está em plena campanha na periferia de Brasília, com sua Assembléia Comunitária, que já realizou — segundo afirma — cerca de 60 mil filiações para o PMDB. Para fazer sua campanha eleitoral, comprou o jornal Última Hora, e consta que ele também é dono de uma fábrica de chapéus, em Anápolis.

Mesmo assim, Múcio não acredita que possa ser enquadrado na Lei nº 4.737. Isso porque, afirma, ainda não é candidato, e os painéis com os dizeres "Queremos Múcio, o Homem do Chapéu" não constituem propaganda eleitoral. Ele não revela quanto já gastou com essa campanha promocional, dizendo que a mesma é custeada, em boa parte, "pela comunidade".

Técnicos do Tribunal Regional Eleitoral afirmam que a legislação em vigor proíbe a propaganda política no DF, de uma maneira geral, bem como a propaganda de candidatos antes das convenções. Entretanto, nos casos de ilegal, uso do poder econômico ou compra de votos, o Tribunal só entrará em ação depois que essas irregularidades, devidamente comprovadas, forem denunciadas por escrito, por parte dos partidos que se sentirem prejudicados.

"Acordo foi quebrado"

Negando que tenha sido excluído da futura executiva regional do PMDB, Múcio Athayde afirmou que seu nome ainda consta da lista de 11 que será encaminhada à direção nacional do partido. Explicando sua decisão de não comparecer ao Palácio do Buriti, na manhã da última quarta-feira, quando a relação com os 11 nomes foi entregue ao governador José Aparecido, Múcio disse que o seu apoio — bem como o de Zamor Magalhães — a Aparecido estava condicionado a uma mudança na linha de atuação do GDF, que deveria "passar a atuar em prol dos menos favorecidos".

Isso havia sido decidido na madrugada da última terça-feira, quando o PMDB celebrou seu acordo político interno. Na ocasião, diz Múcio, ficou acertado que uma reunião para definir a nova linha de ação social do GDF seria realizada na casa do secretário dos Serviços Públicos, Carlos Murilo, reunião essa com o qual o governador não concordou.

Com isso, continua Múcio, o acordo foi quebrado por José Aparecido, daí a decisão de não comparecer ao Palácio do Buriti, "que não é lugar para manifestações político-partidárias". Mesmo assim, Múcio e Zamor subscreveram um adendo ao documento que foi encaminhado na ocasião, e que recebeu apenas nove assinaturas. Cópia do documento foi lavada a Múcio em seu gabinete no jornal Última Hora, por Joselito Correia, líder do Movimento JK/Tancredo. No adendo, os dois dissidentes afirmam que o documento deveria ser encaminhado à direção nacional do PMDB e não ao Governador, que não coordenou, nada nas negociações para formar a executiva regional, ao mesmo tempo que exigem uma atuação do GDF "em favor das classes mais carentes". Múcio prometeu também enviar uma cópia desse documento, com o adendo, para o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), junto com um relato de todo o episódio.

GDF: Múcio é quem abusa

— Se alguém tem de ser processado em Brasília por abuso de poder econômico para fins eleitorais é o deputado Múcio Athayde, que comprou um jornal com parque gráfico em offset, máquinas impressoras caríssimas importadas, emissoras de rádio e televisão, trio elétrico e até um exótica fábrica de chapéus. Tudo a serviço da sua campanha. Mantendo essa orgia, ele gastará, sozinho, o dobro de todos os candidatos do PMDB juntos. E a campanha nem começou.

Foi o que afirmou, ontem, o secretário de Comunicação Social do Palácio do Buriti, jornalista Silvestre Gorgulho, sobre "a tentativa" do deputado federal Múcio Athayde (PMDB-RO) "de envolver o governador José Aparecido numa suposta caixinha de empresários brasileiros para financiar candidaturas à Constituinte em '86".

Primeiro, conforme Gorgulho, o deputado terá de provar a existência da caixinha. "Se não conseguir, ele já deveria ser

processado por crime de calúnia, por envolver pessoas de bem como o secretário Aguiar Carneiro, da Indústria e Comércio, em denúncia infundada. Em seguida, deveria ser alvo de processo por crime eleitoral, pois no seu caso há confirmação material de abuso do poder econômico. Além disso, o deputado é um pichador contumaz do patrimônio alheio com suas campanhas de mau gosto e é um errante conhecido em todo o País, especialmente em Rondônia e Rio de Janeiro", acrescentou Gorgulho.

A caixinha, conforme o secretário, é apenas uma suposição, enquanto os abusos praticados pelo deputado são fatos concretos. "Seria o Governador responsável também pelos ilícitos do deputado Múcio Athayde?" — indagou Silvestre Gorgulho. Arrematou que tentar envolver o Governador numa suposição sem qualquer seriedade é forçar demais a barra e só serve para aumentar o descrédito do parlamentar.